

## Ineditoriais

## AGÊNCIA BRASILEIRA DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL

## AVISO DE CONSULTA PÚBLICA Nº 1/2019

A Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial - ABDI, torna pública a CONSULTA PÚBLICA Nº 001/2019 no período de 01/03/2019 à 31/03/2019 com o objetivo de subsidiar a construção do Edital Startup Indústria - Israel, que selecionará empresas do setor produtivo brasileiro para o desenvolvimento de projetos de inovação com empresas de base tecnológica israelenses. Todas as informações estão disponíveis na página da ABDI: <https://www.abdi.com.br/transparencia> e na página do Programa: <https://startupindustria.com.br/israel>. As sugestões deverão ser encaminhadas via formulário online, disponível nos mesmos sites.

PATRICIA V MASTELLA  
Pregoeira

AVISO DE LICITAÇÃO  
LEILÃO PRESENCIAL

A Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial - ABDI torna público o LEILÃO PRESENCIAL de bens móveis diversos inservíveis e de recuperação economicamente inviável, a cargo do Leiloeiro Público Oficial - Paulo Henrique de Almeida Tolentino, CPF 095.043.706-91, matrícula nº 19 na Junta Comercial do DF, que ocorrerá AS 15H00 HORAS DO DIA 29/03/2019, no endereço SOF/Norte, Quadra 1, Conjunto A, Lote 8 - Brasília (DF). Informações no site [www.paulotolentino.com.br](http://www.paulotolentino.com.br)

PATRICIA VIANA MASTELLA  
Pregoeira

## AGÊNCIA DE PROMOÇÃO DE EXPORTAÇÕES DO BRASIL

AVISO DE LICITAÇÃO  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 4/2019

OBJETO: Aquisição de licenças perpétuas para softwares Oracle, do tipo processador, com direitos de atualização e garantia do fabricante do produto por 12 meses, em conformidade com o Termo de Referência (Anexo I) do presente edital. Data: 25/03/2019; abertura das propostas às 10h; início da sessão de disputa de preços às 11h, do mesmo dia. Informações: (61) 3426-0202 ou e-mail: [licitacao@apexbrasil.com.br](mailto:licitacao@apexbrasil.com.br). O edital está disponível no site [www.licitacoes-e.com.br](http://www.licitacoes-e.com.br) e [www.apexbrasil.com.br/licitacoes-apex](http://www.apexbrasil.com.br/licitacoes-apex) > Em Andamento > 2019 > Pregão Eletrônico nº 04/2019, opção "Participar". Consultas: [licitacao@apexbrasil.com.br](mailto:licitacao@apexbrasil.com.br).

Brasília-DF, 13 de março de 2019.  
RAFAEL DA COSTA MELO SALOMÃO  
Pregoeiro

## ASSOCIAÇÃO HOSPITALAR DE PROTEÇÃO À INFÂNCIA DR. RAUL CARNEIRO

## AVISO DE HOMOLOGAÇÃO

Contratante: Associação de Proteção à Infância Dr. Raul Carneiro, comunica a homologação do resultado do processo de Pesquisa de Preços 044/2018. Convênio 812898/2014. Objeto: Aquisição de Monitor Multiparâmetros. Contratada: Monteiro Antunes Insumos Hospitalares Ltda. Valor homologado: R\$ 57.000,00 (cinquenta e sete mil reais).

Curitiba, 23 de janeiro de 2019.  
JOSÉ ÁLVARO DA SILVA CARNEIRO  
Representante Legal

ASSOCIAÇÃO DAS PIONEIRAS SOCIAIS  
CENTRO NACIONAL DE RECURSOS HUMANOS

## EDITAL DE CONVOCAÇÃO

A Associação das Pioneiras Sociais torna pública a convocação de Francisco Ronaldo dos Santos Moura, 2ª classificação, inscrição nº 00032, para início do treinamento do Processo de Seleção Pública nº 44/2016, cargo Oficial de Manutenção - Marcenaria, extrato de edital publicado no D.O.U. em 29/12/2016.

Brasília, 13 de março de 2019.  
LUCIANA DE SOUZA PINTO ALVARENGA ROSSI  
Diretora Executiva/APS

BANCORBRÁS - EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A.  
CNPJ/MF nº 00.717.967/0001-99

## AVISO AOS ACIONISTAS

Comunicamos que se encontram à disposição dos Senhores Acionistas, na Sede Social da Sociedade, no SCS, Quadra 04, Bloco A, nº 230, 7º andar, os documentos a que se refere o artigo 133 da Lei nº 6.404/76, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018.

Brasília (DF), 1º de março de 2019.  
ALFREDO LEOPOLDO ALBANO  
Diretor-Presidente

## BBTUR VIAGENS E TURISMO LTDA

## EXTRATO DE REGISTRO DE PREÇOS

OBJETO: Fornecimento de material de expediente para a BBTUR. DENTENTORES: Lote 01 - LUCÉLIO APARECIDO MARQUES ALVES - ME - CNPJ: 31.608.026/0001-40. Valor global: R\$ 40.986,94 (quarenta mil e novecentos e oitenta e seis reais e noventa e quatro centavos). Lote: 02. ALFA PAPELARIA EIRELI - EPP - CNPJ: 37.878.675/0001-48. Valor global: R\$ 18.400,00 (dezoito mil e quatrocentos reais). Lote 03: IPÊ PAPÉIS - EIRELI - EPP - CNPJ: 26.221.498/0001-06. Valor global: R\$ 141.800,00 (cento e quarenta e um mil e oitocentos reais). Data da Assinatura: 25 de fevereiro de 2019. VIGÊNCIA: 12 (doze) meses. PROCESSO LICITATÓRIO: 2018/ 0009. LICITAÇÃO ELETRÔNICA - SRP 2018/0006, em conformidade com a Lei 13.303/16 e com o RLBB.

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO  
PREGÃO ELETRÔNICO S.R.P. Nº 2018/0006

A BBTUR - VIAGENS E TURISMO LTDA., através de sua autoridade competente, torna público aos interessados que a Licitação Eletrônica S.R.P. nº 2018/0006, decorrente do Processo Licitatório nº 2018/0009, realizado no dia 07/01/2019, teve como vencedores as empresas Lucélio Aparecido Marques Alves - ME - valor global: R\$ 40.986,94; Alfa Papelaria EIRELI - EPP - Valor Global: R\$ 18.400,00 e Ipê Papéis - EIRELI - EPP - Valor Global: R\$ 141.800,00.

Brasília-DF, 28 de fevereiro de 2019.  
EDMILSON SANTANA DA COSTA  
Autoridade Competente

## RESULTADO DE JULGAMENTO

OBJETO: A BBTUR - Viagens e Turismo Ltda., torna público aos interessados, que a Licitação Eletrônica S.R.P. nº 2018/0006, decorrente do Processo Licitatório nº 2018/0009, realizado no dia 07/01/2019, teve como vencedores as empresas: Lote 1 - Lucélio Aparecido Marques Alves - ME(Minas Ouro Distribuição, Produtos e Logística); Lote 2 - Alfa Papelaria EIRELI - EPP; Lote 3 - Ipê Papéis - EIRELI - EPP.

Brasília-DF, 28 de fevereiro de 2019.  
EDMILSON SANTANA DA COSTA  
Autoridade Competente

## AVISO DE LICITAÇÃO DESERTA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 2018.0008  
LICITAÇÃO ELETRÔNICA nº 2018.0005

A BBTUR - Viagens e Turismo Ltda., torna público para conhecimento dos interessados que a Licitação eletrônica que trata o Edital nº 2018/0005, levando a efeito às 10 horas do dia 07/01/2019 pelo site [www.licitacoes-e.com.br](http://www.licitacoes-e.com.br), teve como resultado: LICITAÇÃO DESERTA.

Brasília (DF), 28 de fevereiro de 2019.  
EDMILSON SANTANA DA COSTA  
Autoridade Competente

## BIODINÂMICA RIO ENGENHARIA

## AVISO DE LICENÇA

A EKT 2 SERVIÇOS DE TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA SPE S.A. torna público que requereu ao IBAMA - Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, a LICENÇA PRÉVIA para a LINHA DE TRANSMISSÃO 500 kV MILAGRES II - SANTA LUZIA II e SE SANTA LUZIA II, atravessando os municípios de Milagres e Mauriti, no Estado do Ceará, e Bonito de Santa Fé, Serra Grande, São José de Caiana, Itaporanga, Igaracy, Piancó, Emas, Catingueira, Santa Teresinha, Patos, São Mamede e Santa Luzia, no Estado da Paraíba.

Foi determinado EIA/RIMA - ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL/RELATÓRIO DE IMPACTO AMBIENTAL.

LUÍS ALESSANDRO ALVES  
Representante Legal

## CARBONÍFERA CRICIÚMA S.A.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO  
ASSEMBLEIA EXTRAORDINÁRIA

ALFREDO FLÁVIO GAZZOLLA tem a honra de convocar os demais sócios para reunião de sócios da CARBONIFERA CRICIUMA S/A, CNPJ nº 83.647.909/0001-63, que se realizará no dia 29/03/2019, na cidade sede da empresa, sito a Avenida Getúlio Vargas, nº 333, sala 04, Centro, na cidade de Eldorado do Sul (RS), com início às 13h30min em primeira convocação, para o fim de deliberarem: a) alteração do endereço da sede social; b) eleição da Diretoria; c) Remuneração da Diretoria; d) Alteração da forma de administração da companhia; d) outros assuntos de interesse da sociedade.

Eldorado do Sul (RS), 8 de março de 2019.  
ALFREDO FLÁVIO GAZZOLLA  
Gerente

## CENTRO DE GESTÃO E ESTUDOS ESTRATÉGICOS

CNPJ Nº 04.724.690/0001-82

## BALANÇO PATRIMONIAL

Posição (valores em reais/R\$) em 31 de dezembro de 2018 e 2017:

Ativo	2018	2017
Ativo	18.330.144,89	16.970.998,21
Circulante	17.361.392,90	16.346.971,97
Caixa e Equivalentes de Caixa	17.012.498,07	14.695.975,18
Bancos/caixa - recursos com restrição	2.160.016,52	37.189,95
Aplicações Financeiras - recursos com restrição	14.852.481,55	14.658.785,23
Outros Valores a Receber	348.894,83	1.650.996,79
Clientes	0,00	1.429.297,32
Adiantamento a fornecedores	205.560,64	70.460,43
Impostos a recuperar	1.750,00	45,72
Adiantamento de férias	107.016,07	126.001,49
Outros créditos	4.390,63	4.193,68
Despesas do exercício seguinte	30.177,49	20.998,15
Não Circulante	968.751,99	624.026,24
Imobilizado	496.716,62	606.600,63
Bens próprios com restrição	3.531.597,67	3.890.654,45
(-) Depreciações acumuladas	(3.034.881,05)	(3.284.053,82)
Intangível	472.035,37	17.425,61
Sistemas Aplicativos - Software - com restrição	1.900.750,95	1.430.651,77
(-) Amortizações acumuladas	(1.428.715,58)	(1.413.226,16)

Passivo	2018	2017
Passivo	18.330.144,89	16.970.998,21
Circulante	7.482.354,46	2.060.318,01
Encargos sociais a recolher	326.088,16	228.239,22
Encargos tributários a recolher	241.169,76	189.474,81
Fornecedores	362.224,28	71.588,01
Provisão para férias e encargos	1.187.429,08	897.926,51
Provisão contratos de serviços	292.163,43	432.748,66
Adiantamento de Terceiros	5.007.532,70	0,00
Outras contas a pagar	65.747,05	240.340,80
Não Circulante	1.828.117,06	0,00
Provisão para Contingências	1.828.117,06	0,00
Provisão para Riscos Fiscais	1.828.117,06	0,00
Patrimônio Social Líquido	9.019.673,37	14.910.680,20
Reservas	4.086.604,71	5.577.740,82
Reserva técnica - com restrição	4.086.604,71	5.577.740,82
Superávit Acumulados	4.933.068,66	9.332.939,38
Superávit/Déficit Acumulados - com restrição	10.824.075,49	10.395.269,21
Déficit/Superávit do Exercício - com restrição	(5.891.006,83)	(1.062.329,83)

## DEMONSTRAÇÃO DO DÉFICIT E SUPERÁVIT

	2018	2017
(+) Receita Bruta	22.520.098,35	21.895.837,17
<b>COM RESTRIÇÃO</b>		
Contrato de Gestão	17.526.896,00	15.218.016,00
Recuperação de despesas/ressarcimento	10.000,00	661.032,34
Serviços prestados a terceiros	4.983.202,35	6.016.788,83
(-) Deduções da Receita Bruta	(3.027.910,12)	(970.505,19)
ISSQN sobre faturamento	(102.910,12)	(261.202,63)
Cancelamento de Notas Fiscais	(2.925.000,00)	(709.302,56)
(=) Receita Líquida	19.492.188,23	20.925.331,98
(-) Despesas Operacionais - Contrato de Gestão	(21.989.199,92)	(18.382.440,78)
Despesas gerais e administrativas	(1.959.527,31)	(1.830.724,68)
Despesas com pessoal e encargos	(11.898.773,30)	(11.052.554,01)
Serviços de terceiros	(2.499.214,81)	(1.920.478,80)
Aluguéis e arrendamentos	(2.511.444,41)	(2.218.661,21)
Impostos, Taxas e Multas Fiscais	(1.846.103,52)	(190.468,21)
Diárias	(410.506,15)	(302.652,52)
Passagens	(567.160,66)	(453.008,83)
Promoções e eventos	(42.816,59)	(13.978,60)
Outras Despesas operacionais	(43.567,17)	(27.114,97)
Depreciações e Amortizações	(210.086,00)	(372.798,95)
(-) Despesas Operacionais - Outros Contratos	(3.837.619,99)	(4.107.331,98)
Despesas gerais e administrativas	(63.718,04)	(224.928,61)
Despesas com pessoal e encargos	(2.369.403,27)	(1.393.520,83)
Serviços de terceiros	(436.106,28)	(1.585.332,49)
Aluguéis e arrendamentos	(90.652,91)	(200.463,72)
Impostos, Taxas e Multas Fiscais	(52.748,58)	(4.678,92)
Diárias	(83.588,30)	(124.783,33)
Passagens	(105.775,79)	(542.699,39)
Promoções e eventos	(14.421,00)	(25.251,69)
Outras despesas operacionais	(620.774,90)	(5.673,00)
Depreciações e amortizações	(430,92)	0,00
(=) Resultado Operacional Bruto	(6.334.631,68)	(1.564.440,78)
(+/-) Resultado Financeiro	443.624,85	502.110,95
Despesas financeiras - contrato de gestão	(269.979,06)	(232.437,72)
Despesas financeiras - outros contratos	(73.090,95)	(70.780,48)
Receitas financeiras - contrato de gestão	414.908,65	568.522,93
Receitas financeiras - outros contratos	371.786,21	236.806,22
Déficit/ Superávit do Exercício	(5.891.006,83)	(1.062.329,83)

## DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO

Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais	2018	2017
Superávit/(Déficit) líquido do exercício	(5.891.006,83)	(1.062.329,83)
<b>Ajustes por:</b>		
Depreciação e amortização	210.516,92	372.798,95
Perdas por baixa de bens inservíveis	2.501,67	0,00
Provisão para Contingências Fiscais	1.828.117,06	0,00
Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa	619.875,00	0,00
<b>Variação nos saldos dos ativos:</b>		
(Aumento)/Redução em clientes	809.422,32	11.309.617,94
(Aumento)/Redução em adiantamentos	(135.100,21)	200.531,48
(Aumento)/Redução em outras contas ativas	7.904,85	51.957,96
<b>Variação nos saldos dos passivos:</b>		
Aumento/(Redução) nos encargos sociais e tributários	149.543,89	20.812,55
Aumento/(Redução) em Fornecedores	290.636,27	(203.761,39)
Aumento/(Redução) nas provisões trabalhistas	289.502,57	(182.107,72)
Aumento/(Redução) em provisões contratos de serviços	(140.585,23)	(621.419,07)
Aumento/(Redução) em adiantamento de terceiros	5.007.532,70	0,00
Aumento/(Redução) em outras contas a pagar/compensar	(174.593,75)	(105.297,86)
Caixa Líquido Proveniente das Atividades Operacionais	2.874.267,23	9.780.803,01
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimentos:</b>		
(-) Compra do Ativo Imobilizado	(470.099,18)	0,00
(-) Compra do Ativo Intangível	(87.645,16)	(8.023,25)

Caixa Líquido Usado nas Atividades de Investimento	(557.744,34)	(8.023,25)
Aumento/Diminuição Líquido de Caixa e Equivalentes de Caixa	2.316.522,89	9.772.779,76
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	14.695.975,18	4.923.195,42
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	17.012.498,07	14.695.975,18
Variação do Caixa e Equivalentes de Caixa	2.316.522,89	9.772.779,76

## DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO SOCIAL LÍQUIDO

	Déficit/Superávit Acumulados	Déficit/Superávit do Exercício	Reserva Técnica	Total
Saldo em 31/12/2016	20.382.779,21	(8.887.510,00)	4.477.740,82	15.973.010,03
Incorporação do Déficit 2016	(8.887.510,00)	8.887.510,00	0,00	0,00
Transferência para Reserva Técnica	(1.100.000,00)	0,00	1.100.000,00	0,00
Déficit do exercício	0,00	(1.062.329,83)	0,00	(1.062.329,83)
Saldo em 31/12/2017	10.395.269,21	(1.062.329,83)	5.577.740,82	14.910.680,20
Incorporação do Déficit 2017	(1.062.329,83)	1.062.329,83	0,00	0,00
Redução da Reserva Técnica	1.491.136,11	0,00	(1.491.136,11)	0,00
Déficit do Exercício	0,00	(5.891.006,83)	0,00	(5.891.006,83)
Saldo em 31/12/2018	10.824.075,49	(5.891.006,83)	4.086.604,71	9.019.673,37

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 (Valores expressos em Reais)

Nota 1 - Contexto operacional - O Centro de Gestão e Estudos Estratégicos - CGEE, qualificado como organização social pelo Decreto nº 4.078, de 9 de janeiro de 2002, com sede e foro em Brasília-DF, tem por finalidade a realização e a promoção de estudos e pesquisas prospectivas na área de ciência e tecnologia e inovação, bem como desenvolve atividades de avaliação de estratégias e de impactos econômicos e sociais das políticas, programas e projetos científicos e tecnológicos. As atividades desenvolvidas pelo CGEE estão atreladas a metas e a prazos descritos no Contrato de Gestão instrumento de parceria e fomento firmado com o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações - MCTIC, tendo como interveniente a Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP, em 16 de abril de 2002, renovado em 2010 por mais um ciclo de seis anos e atualmente prorrogado até 31 de dezembro de 2019. Na pactuação relativa ao 11º Termo Aditivo ao Contrato de Gestão e aditivos seguintes, o Ministério da Educação, foi adicionado como interveniente, tendo sido incluídos trabalhos voltados a sua área de atuação. No que tange ao Contrato de Gestão no ano de 2018 foram assinados dois termos aditivos o 15º e o 16º, constando as demandas dos órgãos fomentadores e a programação de desembolso dos recursos para este exercício sendo efetivamente recebidos no período, contudo, a exemplo de anos anteriores, a entrada desses recursos só ocorreram nos últimos meses do ano dificultando a operacionalização do Centro que se utilizou mais uma vez de reservas patrimoniais para cobertura dos custos gerados antes da efetiva entrada de recurso. Ainda neste ano o CGEE firmou contrato com o PNUMA - Programa das Nações Unidas em um projeto de parceria com a Secretaria de Meio Ambiente do Governo do Distrito Federal, para a realização de pesquisas e estudos voltados a sustentabilidade com foco na preservação e conservação da água e com perspectiva de realização de 4 anos. Esse contrato tem previsão orçamentária de R\$ 35.053.894,55, sendo que parte desse montante já foi recebido em 2018 o equivalente a R\$ 6.957.532,70 em forma de adiantamento para viabilizar os custos iniciais do projeto. O Centro tem envidado esforços no sentido de procurar outras fontes de recursos que proporcionem a recuperação de sua reserva patrimonial e de sua situação financeira.

Nota 2 - Apresentação e Elaboração das Demonstrações Contábeis - As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei 6.404/1976 e suas alterações, no que couber a ITG 2002 - Resolução CFC 1.409/12 sobre Entidade sem finalidade de lucros e a ITG 1000 - Resolução CFC 1.418/12, nos pronunciamentos técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, vigentes no exercício de 2018 e ainda com as disposições contidas no artigo 2º, alínea "i" da Lei 9.637/98, estabelece que numa possível desqualificação/extinção de uma Organização Social todo o patrimônio, sendo este gerado por atividades próprias ou vinculadas ao Contrato de Gestão, se reverte ao órgão fomentador ou instituição com as mesmas características. As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas de forma a evidenciar as características próprias de uma entidade sem finalidade de lucros qualificada como Organização Social desde o início de suas atividades, em que o instrumento de relação entre o poder público é o "Contrato de Gestão" o qual é elaborado com base no princípio de fomento as atividades, conceito bem mais amplo que a ideia de subvenção ou de convênio e da pura e simples prestação de serviços.

Nota 3 - Principais Práticas e Diretrizes Contábeis - 3.1 Caixa e equivalente de caixa - Referem-se a saldos positivos em conta movimento, aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor, e são registradas ao custo de aplicação, acrescido dos rendimentos auferidos em base "pro rata temporis" até a data do balanço, não superando o valor de mercado. 3.2 Estimativas contábeis - A elaboração de demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração do CGEE use de julgamentos na determinação e no registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos sujeitos as estimativas e premissas incluem valor residual do ativo imobilizado, provisão para redução ao valor recuperável de ativos, provisão para devedores duvidosos, provisão para contingências, mensuração de instrumentos financeiros básicos, e ativos e passivos relacionados a benefícios a empregados. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação. O CGEE revisa as estimativas e as premissas pelo menos anualmente. 3.3 Instrumentos financeiros - O CGEE tem os seguintes instrumentos financeiros: ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado, investimentos mantidos até o vencimento e recebíveis. - Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado. Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado no momento do reconhecimento inicial e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício. - Investimentos mantidos até o vencimento. Os investimentos mantidos até o vencimento são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após seu reconhecimento inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável, sem o registro do ajuste ao valor de mercado. - Recebíveis. Recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Os recebíveis abrangem clientes e outros créditos a receber. O CGEE não se utiliza de instrumentos financeiros derivativos na gestão de seus recursos financeiros. 3.4 Imobilizado: Os itens do imobilizado são mensurados pelo

custo histórico de aquisição, deduzido de depreciação acumulada. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado. A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo deduzido do valor residual. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado. Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis. 3.5 Ativos intangíveis: correspondem a bens intangíveis adquiridos pelo CGEE e que têm vidas úteis finitas, sendo mensurados pelos custos, deduzidos da amortização acumulada. A amortização é calculada sobre o custo de um ativo deduzido do valor residual, sendo reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso. Métodos de amortização, vidas úteis e valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e ajustados caso seja adequado. 3.6 Provisões - uma provisão é reconhecida em função de um evento passado, quando o CGEE tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, em que o provável recurso econômico será exigido para liquidar a obrigação. 3.7 Apuração dos resultados - O Centro adota o regime de competência para o registro de suas receitas e despesas com base nas disposições contidas na Lei 6.404/1976 e suas alterações, no que couber a ITG 2002 - Resolução CFC 1.409/12 sobre Entidade sem finalidade de lucros e a ITG 1000 - Resolução CFC 1.418/12 e ainda nas disposições contidas nos pronunciamentos técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, vigentes no exercício de 2018. 3.8 Receita operacional - Serviços: A receita de serviços prestados é reconhecida no resultado com base no estágio de conclusão do serviço na data da apresentação das demonstrações contábeis. 3.9 Receitas financeiras e despesas financeiras: As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras e descontos obtidos. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem despesas com multas, taxas bancárias e outras despesas vinculadas às aplicações financeiras mantidas pela Entidade.

Nota 4 - Caixa e equivalentes de caixa. O Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa, bancos e investimentos financeiros com vencimentos à vista, ou até o vencimento contratado.

	2018	2017
Banco/Caixa - Contratos administrativos (com restrição)	32.155,95	37.189,95
Banco/Caixa - Contrato de Gestão (com restrição)	2.127.860,57	0,00
Aplicações Financeiras - Contrato de Gestão (com restrição)	6.251.144,82	11.212.540,12
Aplicações Financeiras - Contratos Administrativos (com restrição)	8.601.336,73	3.446.245,11
Total	17.012.498,07	14.695.975,18

Nota 5 - Adiantamento a fornecedores: Em razão dos contratos firmados com cláusulas específicas, entres outros, esse grupo contábil registra os adiantamentos realizados aos fornecedores no montante de R\$ 205.560,64 (R\$ 70.460,43 - 2017).

Nota 6 - Imobilizado e Intangível: Na análise dos indicadores internos e externos não foram identificados motivos que levassem a Administração do CGEE a apurar e conseqüentemente registrar eventual perda do valor recuperável dos bens do seu ativo imobilizado (impairment).

O imobilizado e o intangível guardam a seguinte composição:

Descrição	Taxa de Depreciação	2018	2017
<b>Imobilizado</b>			
Equipamento de Informática	20%	1.631.385,87	1.932.041,37
Instalações	10%	563.602,18	563.602,18
Máquinas e Equipamentos de Escritório	10%	57.063,45	66.575,45
Móveis e Utensílios	10%	652.851,02	653.190,02
Equipamentos de Audiovisual	20%	307.882,91	356.433,19
Benfeitoras em Imóveis de Terceiros	24%	318.812,24	318.812,24
(-) Depreciações	-	(3.034.881,05)	(3.284.053,82)
Subtotal do Imobilizado	-	496.716,62	606.600,63
<b>Intangível</b>			
Sistemas Aplicativos - Software	20%-100%	1.900.750,95	1.430.651,77
(-) Amortizações	-	(1.428.715,58)	(1.413.226,16)
Subtotal do Intangível	-	472.035,37	17.425,61
Total do Imobilizado e Intangível	-	968.751,99	624.026,24

Nota 07 - Fornecedores: Demonstramos a seguir os saldos dos principais fornecedores de materiais e serviços

Fornecedores	2018	2017
ALELO - Companhia Brasileira de Soluções e Serviços	109.793,22	0,00
Artear EIRELI LTDA	84.597,50	0,00
COREDE Campanha	50.000,00	0,00
Liferay Latin América LTDA	23.750,00	47.500,00
PAQTC-PB - Fundação Parque Tecnológico PB	25.000,00	0,00
Plugar Informações Estratégicas	22.248,03	0,00
Outros Fornecedores	46.835,53	24.088,01
Totais	362.224,28	71.588,01

Nota 08 - Provisão de Férias e Encargos Sociais: Em razão das obrigações trabalhistas oriundas das contratações de funcionários para os quadros do CGEE mantem-se em 2018 uma provisão para férias e encargos sociais no montante de R\$ 1.187.429,08 (R\$ 897.926,51 - 2017).

Nota 9 - Provisão Contratos de Bens e Serviços: Para os contratos firmados no período de vigência até 2018, em que os contratados estão em processo de execução do serviço (produto) e não há fatos que emanem suspeitas ou incertezas do descumprimento de prazos ou entrega dos produtos previstos e ainda com base em uma estimativa confiável do montante da obrigação estabelecida em cláusula contratual e diante da provável saída de recursos para liquidar tal obrigação, foi apropriado em 2018 o valor correspondente a R\$ 292.163,43 a título de provisão (R\$ 432.748,66 - 2017).

#### Nota 10 - Outras Contas a Pagar

	2018	2017
Adiantamento de Terceiros	5.007.532,70	0,00
Créditos a compensar	65.747,05	65.658,41
Saldo bancários a compensar	0,00	174.682,39
Totais	5.073.279,75	240.340,80

a) Adiantamento de terceiros - Refere-se ao adiantamento realizado pelo PNUMA referenciado no Contrato para cobertura de custos iniciais de execução do projeto. b) Créditos a compensar/desconto em folha - Valores relativos a descontos realizados em folha de pagamento para garantir o contrato de empréstimos consignado dos funcionários que ainda não foram debitados na conta corrente do CGEE, entre outros. c) Saldo bancários a Compensar/Agendados - Referem-se a agendamentos de pagamentos realizados no período que antecede o recesso de final de ano nas festividades de natal e ano novo.

Nota 11 - Provisão para Contingências: No ano de 2018 foram apropriadas despesas relativas a dois processos que tramitam em esfera administrativa na Receita Federal do Brasil - RFB nºs 10166.722724/2011-30 e 10166.722722/2011-41, resultantes do auto de infração-AI proveniente do Mandado de Procedimento Fiscal (MPF) nº 01.1.01.00.2010-01041-3 emitido em 10/12/2010 compreendendo o período fiscalizado de janeiro/2007 a dezembro/2008 e referem-se a multas pela falta de retenção do IRRF (DIÁRIAS) e de cumprimento de obrigações acessórias, ausência de recolhimento de obrigações relativas a contribuições previdenciárias da rubrica paga a título de "DIÁRIAS" e "AUXÍLIO MORADIA". Adicionados a esses processos foi realizada provisão a título de COFINS sobre rendimentos de aplicação financeira. O montante provisionado em 2018 corresponde a R\$ 1.828.117,06.

Nota 12 - Patrimônio Social Líquido: O patrimônio social líquido é formado pelo acúmulo dos superávits e déficits apurados em função das atividades operacionais executadas pelo CGEE. Essa conta registra o resultado operacional do Contrato de Gestão e dos Contratos Administrativos. O Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, considerando a "essência" nos registros dos atos e fatos contábeis das suas operações optou por continuar mantendo o registro operacional do Contrato de Gestão e Contratos Administrativos no resultado da Instituição (patrimônio líquido) e não em conta passiva por tipo de contrato, por entender que o CGEE opera desde o início de suas atividades como associação qualificada como Organização Social - "OS" subordinada a aplicação da Lei 9.637/98 e que numa possível desqualificação ou extinção da instituição todo o seu patrimônio será revertido aos órgãos fomentadores independentemente da forma de registro contábil, note-se que a apuração do resultado operacional por meio da Demonstração de Resultado do Exercício - DRE é registrado separadamente por tipo de Contrato. Sendo assim, entende-se que todo o patrimônio do Centro é passível da restrição legal e não apenas "possível" restrição contratual. Dessa forma, o patrimônio poderá ser gerido pela instituição em sua totalidade, no entanto, em uma possível desqualificação/extinção, este deverá ser revertido para os entes fomentadores ou instituição semelhante. O Déficit/Superávit acumulado de exercícios anteriores corresponde a R\$ 10.824.075,49 e o Déficit do período de 2018 equivale ao montante de R\$ 5.891.006,83 (R\$ 1.062.329,83 - Déficit 2017). Com relação a Reserva Técnica, a cláusula quinta do Décimo Quinto Termo Aditivo ao Contrato de Gestão (2010-2018) celebrado entre a União e o CGEE, estabeleceu uma redução do seu valor em 2018 equivalente a R\$ 1.491.136,11, perfazendo um montante para o ano de R\$ 4.086.604,71 (R\$ 5.577.740,82-2017)

Nota 13 - Receitas. a) Contrato de Gestão - O CGEE registrou no exercício de 2018 uma receita de fomento vinculada ao Contrato de Gestão no valor de R\$ 17.526.896,00 (R\$ 15.218.016,00 - 2017), escriturados no ativo circulante a receber. b) Contratos Administrativos - A receita registrada no ano de 2018 dos contratos administrativos corresponde a R\$ 4.983.202,35 (R\$ 6.016.788,83-2017). Demonstrados no quadro a seguir:

#### QUADRO DE RECEITAS DE CONTRATOS ADMINISTRATIVOS

Contratantes	2018	2017
ABDI - Agência Brasileira de Des.Ind.	108.202,35	350.548,06
AES TIETE S/A	0,00	374.070,33
BAESA - Energética Barra Grande S/A	0,00	277.500,64
CAPES	0,00	735.700,00
CESP - Companhia Energética São Paulo	0,00	2.931.939,19
CEMIG - Geração e Transmissão S/A	0,00	515.119,53
COPEL Distribuição S/A	0,00	50.517,32
COPEL - Geração e Transmissão S/A	0,00	39.023,56
Companhia Sul Paulista de Energia	0,00	257.236,38
ENERCAM - Campos Novos Energia S/A	0,00	263.185,70
Growth Analysis	0,00	83.435,04
LIGHT Serviços de Eletricidade S/A	0,00	122.963,08
PNUMA	4.875.000,00	15.550,00
Totais	4.983.202,35	6.016.788,83

c) Cancelamento de Notas Fiscais - Das notas fiscais emitidas relativas aos Contratos Administrativos o montante de R\$ 2.925.000,00 (R\$ 709.302,56 - 2017) foram canceladas por impropriedades no preenchimento no momento de sua emissão, conforme quadro abaixo:

#### QUADRO DE CANCELAMENTO DE NOTAS FISCAIS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS

Contratantes	2018	2017
ABDI - Agência Brasileira de Des.Ind.	0,00	31.440,00
BAESA - Energética Barra Grande S/A	0,00	78.832,68
CESP - Companhia Energética São Paulo	0,00	416.450,45
CEMIG - Geração e Transmissão S/A	0,00	118.061,69
ENERCAN - Campos Novos Energia S/A	0,00	64.517,74
PNUMA - Programa das Nações Unidas	2.925.000,00	0,00
Totais	2.925.000,00	709.302,56

d) Receitas financeiras - O CGEE obteve no exercício de 2018 uma receita financeira de R\$ 786.694,86 (R\$ 805.329,15 -2017) conforme discriminação a seguir:

Aplicações Financeiras e Outras Receitas	Contrato de Gestão	Outros Recursos
Rendimentos de Aplicações Financeiras	318.319,12	371.786,21
Variações Monetárias Ativas	314,94	0,00
Descontos obtidos	96.274,59	0,00
Totais	414.908,65	371.786,21
Total Geral	786.694,86	



Nota 14 - Despesas - As despesas incorridas no exercício pelo CGEE, visando cumprir seus objetivos, corresponderam ao montante de R\$ 26.169.889,92 (R\$ 22.792.990,96 - 2017), sendo R\$ 22.259.178,98 (R\$ 18.614.878,50 - 2017) de recursos oriundos do Contrato de Gestão e R\$ 3.910.710,94 (R\$ 4.178.112,46 - 2017) amparados por receitas advindas de Contratos Administrativos.

Nota 15 - Outras Informações. a) Seguros - O CGEE mantém apólice de seguros em valor suficiente para cobrir eventuais sinistros com os bens do seu ativo imobilizado b) Compromissos e créditos futuros - O CGEE mantém contratos firmados com seus fornecedores de serviços e materiais no montante de R\$ 8.682.313,55 e de contratos firmados com seus clientes no valor de R\$ 28.096.361,85, que não configura no resultado do exercício em 2018, podendo ou não se realizar em exercícios subsequentes.

Brasília, DF, 31 de dezembro de 2018  
IRIS MARY DUARTE CARDOSO VIEIRA  
Contadora CRC-TO 000625/O-4 "S" DF  
CPF 768.155.871-34

MARCIO DE MIRANDA SANTOS  
Presidente do CGEE/OS  
CPF 618.397.877-91

#### RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

##### Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis do Centro de Gestão e Estudos Estratégicos - CGEE ("Entidade"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio social e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Centro de Gestão e Estudos Estratégicos - CGEE em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

##### Base para Opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

##### Incerteza relevante quanto à continuidade operacional

Chamamos a atenção para o fato de que a Entidade apresenta um histórico de sucessivos déficits operacionais e escassez de recursos por meio de novos projetos, conforme descrito na Nota Explicativa nº 1. As demonstrações contábeis mencionadas no primeiro parágrafo foram elaboradas no pressuposto de continuidade normal das atividades e, assim, não incluem nenhum ajuste relativo à realização e à classificação dos ativos ou quanto aos valores e à classificação dos passivos, que seriam requeridos na impossibilidade de a Entidade continuar operando. O Centro tem envidado esforços no sentido de procurar outras fontes de recursos que proporcionem a recuperação de sua reserva patrimonial e de sua situação financeira. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

##### Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileira e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos o julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: - Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade; - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração; - Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional; - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Brasília, DF, 8 de fevereiro de 2019.  
VR GROUP AUDITORES & CONSULTORES S/S  
CRC 1 GO 02158/O-4

RODRIGO COSTA SILVA  
Contador CRC 1 GO 016905/O-4  
PARECER DO CONSELHO FISCAL

1. Aos quatorze dias do mês de fevereiro de 2019, na sede do CGEE, foi realizada a quinquagésima quarta reunião ordinária do Conselho Fiscal do Centro de Gestão e Estudos Estratégicos que, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, procedeu ao exame da documentação representada pelo balanço, relatórios, demonstrações financeiras e Parecer dos Auditores Independentes, relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2018. Considerando o Parecer dos Auditores Independentes, bem como os esclarecimentos prestados pelo Gestor Administrativo e pela Coordenadora Financeira, os Membros do Colegiado são de opinião de que as demonstrações apresentadas pelo CGEE estão em condições de serem encaminhadas para apreciação e aprovação do Conselho de Administração.

Brasília, DF 14 de fevereiro de 2019  
ANTONIO ALBERTO PINHEIRO  
Presidente

LAUDIR FRANCISCO SCHMITZ  
Conselheiro

AVELINO JOSÉ DE MAGALHÃES  
Conselheiro

#### RELATÓRIO DE EXECUÇÃO

O Centro de Gestão e Estudos Estratégicos - CGEE é uma entidade dotada de personalidade jurídica de direito privado, constituída sob a forma de Associação Civil, sem fins lucrativos, qualificada como Organização Social pelo Decreto nº 4.078, nos termos da Lei 9.637/98, com o objetivo de estabelecer parceria para o fomento e execução de atividades na área de ciência, tecnologia e inovação. Desde 2002, o CGEE mantém Contrato de Gestão com a União, supervisionado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações - MCTIC, com interveniência do Ministério da Educação (MEC). As atividades do Centro estão voltadas para subsidiar a tomada de decisão e promover a interlocução, articulação e interação entre os atores de CTI dos setores público e privado. Para a execução da agenda anual de trabalho o Centro mobiliza competências institucionais e individuais, identificadas no País e no exterior, de acordo com cinco Linhas de Ação: (1) Estudos, Análises e Avaliações; (2) Articulação; (3) Apoio à Gestão Estratégica do SNCTI; (4) Disseminação de Informação em CTI; e (5) Desenvolvimento Institucional. Como de hábito, no ano de 2018 o CGEE conduziu a maior parte dos seus trabalhos com foco no atendimento às metas pactuadas junto ao Órgão Supervisor (MCTIC) e ao interveniente (MEC), no âmbito do Contrato de Gestão. Da mesma forma, cumpriu com todos os compromissos assumidos em contratos administrativos. Ambos os aspectos se deram em um ambiente orçamentário e financeiro mais favorável, com destaque para o recebimento integral do orçamento previsto no 15º e 16º Termos Aditivos ao Contrato de Gestão para o ano de 2018, o que permitiu conduzir a agenda de trabalho nos termos em que foi inicialmente planejada. A melhoria verificada no plano orçamentário e financeiro permitiu uma pequena recuperação das equipes técnicas e administrativas do Centro, ambas debilitadas em função de ajustes que se fizeram necessários nos anos de 2015 e 2016. Essa recuperação tem sido possível, também, por conta de ganhos permanentes em eficiência no desenvolvimento das operações finalísticas e pela permanente atenção na redução dos custos de manutenção e operação do Centro. Nesse contexto, e como consequência dos esforços e engajamento de todo o quadro de pessoal na realização dos processos de gestão de qualidade para o ciclo de vida de projetos e serviços, o CGEE obteve a certificação ISO 9001 em sua versão 2015, uma credencial que lhe confere um posicionamento de alto nível na interlocução com atores do SNCTI e instituições do exterior. Paralelamente as atividades desenvolvidas no escopo do Contrato de Gestão, as equipes técnicas do CGEE interagiram com as principais agências federais (CNPq, Finep e Capes) no desenvolvimento de processos de inteligência em CT&I apoiadas por ferramentas digitais que aumentam a capacidade analítica dos especialistas. Destaque é dado para a parceria com o PNUMA para desenvolver projetos que identifiquem, selecionem e avaliem os impactos no território nacional de tecnologias que ampliem as ações de sustentabilidade das cidades brasileiras. Por meio destas e outras ações conduzidas ao longo do ano, o CGEE viu crescer seus trabalhos associados a políticas e programas estratégicos no âmbito do MCTIC, do MEC e de suas agências, ampliando significativamente sua inserção no SNCTI com o oferecimento de produtos e processos de qualidade para o apoio à tomada de decisão de alto nível.

Objetivando atender o disposto no § 1º do Art.12 da Portaria MCTI nº 967/2011, apresentamos os saldos acumulados do Contrato de Gestão - exercício 2018 a serem reprogramados para 2019.

Saldos Acumulados do Contrato de Gestão - Exercício 2018 - Quadro Resumo*	
Saldos de exercícios anteriores	5.689.708,71
Créditos Líquidos recebidos no exercício 2018	25.149.667,82
Subtotal (A)	30.839.376,53
Desembolsos/Dispêndios no exercício 2018	(22.086.298,74)
Subtotal (B)	( 22.086.298,74 )
Compromissos a pagar	(7.328.418,17)
Subtotal (C)	(7.328.418,17 )
Total (A-B - C)	1.424.659,62
Saldo a reprogramar (A-B-C)	1.424.659,62
Composição:	
Reserva Técnica	4.086.604,71
Saldo de ações a serem continuadas	1.265.230,39
Saldo de ações concluídas	(4.431.615,13)
Excedente financeiro a repactuar	504.439,65
Total Composição Saldo	1.424.659,62

\*O demonstrativo detalhado é parte integrante do Relatório Final do Contrato de Gestão 2018.

IRIS MARY DUARTE CARDOSO VIEIRA  
Contadora do CGEE/OS  
CRC-TO 000 625/O-4 "S" DF  
CPF 768.155.871-34

MARCIO DE MIRANDA SANTOS  
Presidente do CGEE/OS  
CPF 618.397.877-91

GLAUCIUS OLIVA  
Presidente do Conselho de Administração do CGEE/OS  
CPF 045.686.168-83

